



MÉDIO TEJO
COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL

REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM DO MÉDIO TEJO

Ata n.º 02/2018

Data – 26/novembro/2018

Início – 21h00

Local – Cidade de Tomar, na sede da CIM do Médio Tejo - Convento de São Francisco

Termo – 00h25

Presenças – Lista Anexa

ATA n.º 02/2018

Ao vigésimo sexto dia do mês de novembro/2018 com início pelas vinte e uma horas, teve lugar, no auditório da sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em Tomar, a reunião ordinária de novembro/2018 da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Antes da Ordem do Dia:

1. Aprovação da ata
2. Período antes da ordem do dia.

Ordem do dia:

1. Informação da atividade da CIM do Médio Tejo;
2. Aprovação da 2.ª Revisão ao Orçamento;
3. Apreciação e votação das Opções do Plano e Orçamento da CIMT para o ano económico de 2019 e respetiva autorização genérica;
4. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal;
5. Intervenção do público ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do regimento.

¶¶

Antes da Ordem do Dia:

O Presidente da mesa da Assembleia Intermunicipal deu as boas vindas a todos os presentes dando início à reunião e informando os presentes das faltas e respetivas substituições indicadas por alguns dos Senhores deputados, respetivamente: -----

Faltas e respetivas substituições: -----

NOME	SUBSTITUTO
José Manuel Pereira Alho - PS de Ourém	Catarina Borges Faria - PS de Ourém
Fernando Cascalheira Vasco - PS de Sardoal (renunciou ao mandato)	Adérito Miguel Gaspar Garcia - PS de Sardoal
Ana Margarida Vieira - PSD de Ourém	Valdemar Pinheiro de Oliveira - PSD de Ourém
Patrícia dos Santos Louro Anacleto - PS de Alcanena	Bruno Miguel Simões Quaresma dos Santos - PS de Alcanena
Márcia Filipa Caldeira Nunes - PSD da Sertã	Maria Filomena Bernardo - PSD da Sertã, que também faltou.
Paulo Sérgio Duque de Brito - PSD de Vila de Rei	Hélder Jorge Dias Antunes - PSD de Vila de Rei

¶¶

Faltas sem substituição: -----

NOME
Silvestre Luciano Gonçalves Pereira - PS de Alcanena

O Presidente da Mesa deu conta igualmente dos deputados que teriam de tomar posse, por virem substituir deputados ausentes -----

NOME
Adérito Miguel Gaspar Garcia - PS de Sardoal
Hélder Jorge Dias Antunes - PSD de Vila de Rei

O Presidente da Mesa referiu que, uma vez que a deputada Ana Margarida Vieira falta, a mesa pode funcionar só com 2 elementos, contudo, solicitou ao deputado que a substitui, Valdemar de Oliveira para ocupar o seu lugar.

¶¶

1. Aprovação da ata -----

Foi presente à reunião a ata de 23 de abril de 2018, anexa á presente ata e da qual faz parte integrante. O deputado António Ribeiro pediu a palavra e sugeriu que de futuro as abreviaturas e siglas sejam feitas por extenso. -----
A ata foi colocada a votação, sendo que, não votou quem não esteve presente na última reunião. --

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

¶¶

Ainda no período antes da ordem do dia, alguns deputados pediram para usar da palavra ao Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal. -----
Começou por intervir o deputado Luís Filipe Antunes que se referiu a uma moção aprovada na Assembleia Municipal do Entroncamento no início de setembro, e enviada a todas as Assembleias Municipais da Comunidade Intermunicipal e mostrou-se surpreendido da mesma não ter chegado à própria Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. -----

De seguida interveio o deputado Paulo Constantino que fez referência aos passes sociais, onde existe grande desigualdade nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto em relação ao resto do país. Mais disse, que o assunto já fora abordado em 2009, numa sessão da Assembleia Intermunicipal. Solicitou que a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo interceda junto do

Governo neste sentido. Fez também referência à defesa do Rio Tejo, nomeadamente aos ambientalistas Arlindo Marques e Pedro Triguinho e aos municípios recentemente reconhecidos na luta pela defesa do rio Tejo, Mação e Vila Nova da Barquinha, realçando que a comunidade intermunicipal se deveria juntar a esta causa. -----

De seguida, usou da palavra a deputada Evelina Mendes que fez referência ao Orçamento de Estado de 2019, nomeadamente ao Centro Hospitalar do Médio Tejo e ao aumento da dívida desde 2015. -----

Interveio logo de seguida o deputado João Moura Rodrigues que também se referiu aos passes sociais e solicitou ao deputado Hugo Costa para esclarecer o que pode ser corrigido pelo Governo, no Orçamento de Estado. Relativamente à questão do rio Tejo, comentou que existe a necessidade de um estudo mais alargado pois está numa situação muito grave, nomeadamente quanto à contaminação dos solos provocada pelas salinas. Referiu também a questão da travessia do rio Tejo, e comentou que os interesses da comunidade intermunicipal devem sobrepor-se aos interesses individualizados de cada município, nesse sentido alertou para a nova ponte, dizendo que os dirigentes do Médio Tejo devem tomar decisões numa ótica regional e distrital, e não municipal, como têm feito. Acrescentou também que o Médio Tejo já está a arranjar uma solução comum relativamente ao saneamento e tratamento de resíduos, contudo, a Assembleia Intermunicipal deve ter antecipadamente conhecimento do que está a ser feito. -----

O Presidente da mesa interveio, salientando a importância da realização de uma sessão temática sobre Ambiente e o rio Tejo, referindo ainda o plano de adaptação das alterações climáticas que está a ser desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. -----

De seguida, usou da palavra o deputado Hugo Costa que falou sobre os "dados errados" do Centro Hospitalar do Médio Tejo, acrescentando que o atual Governo já abriu o serviço de TAC em Tomar. O deputado comparou os valores dos Orçamentos de Estado de 2015 e 2019. -----

Seguidamente interveio o deputado Mário Balsa, que comenta o valor apresentado pelo deputado Hugo Costa, referindo que o valor está previsto a nível nacional, não sendo cingida às questões da ferrovia. Acrescenta ainda que a Comunidade Intermunicipal deve definir de que forma essas verbas serão canalizadas. -----

O deputado João Tenreiro tomou a palavra solicitando que a questão da saúde não seja politizada. Acrescentou que se deve analisar para que rubricas serão transferidas as verbas. Fez ainda referência à circulação ferroviária, nomeadamente às carruagens que foram suprimidas dos comboios que partem de Tomar, alertando a Presidente do Conselho Intermunicipal, em nome do PSD, para a necessidade da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo tomar medidas junto da CP. -----

Terminadas as intervenções dos deputados que se inscreveram, o Presidente da Mesa passou a palavra à Senhora Presidente do Conselho Intermunicipal. -----

A presidente da Comunidade Intermunicipal começou por referir que, quando se fala de Comunidade Intermunicipal não se deve restringir ao distrito de Santarém, pois abrange também municípios do distrito de Castelo Branco. -----

Relativamente à politização de algumas questões, sejam elas da área da saúde ou de outras quaisquer, comentou que se fala em 13 municípios, independentemente do partido que está no governo, pelo que, se deve trabalhar em conjunto. -----

Felicitou ainda a iniciativa do presidente da mesa, em propor uma sessão sobre políticas ambientais. No domínio da energia, esclareceu que esta região é a que mais energia produz a nível nacional. -----

Sobre a questão do rio Tejo, respondeu que a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo ainda não tomou qualquer posição por não dispor de dados objetivos sobre a mesma, apesar de, já desde 2015, se ter vindo a referir que o Tejo tem vários problemas. -----

Passou de seguida para a questão dos passes sociais fazendo referência à faculdade da Comunidade Intermunicipal poder escolher a verba para a redução dos passes sociais. Acrescentou que esta questão vai ser discutida na Comunidade Intermunicipal, pois a distribuição da verba terá que ser pensada numa lógica supramunicipal, referiu ainda que, para que se possa ganhar escala, este sistema deverá ser potenciado com a Lezíria do Tejo e o Oeste. Mais disse que se conhecem as necessidades de cada um dos municípios e até ao nível das NUTs (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos), e é nesse sentido que a Comunidade Intermunicipal exerce a autoridade de transporte. -----

Em relação à questão da agregação do sistema da água em baixa, referiu que há municípios que não aderiram ao processo, pelo que, cada município deve decidir o que é melhor para si. Contudo, alertou que não é da competência da Assembleia Intermunicipal pronunciar-se sobre este aspeto, mas sim da responsabilidade do Conselho Intermunicipal. -----

Passou de seguida para o assunto da ponte sobre o rio Tejo, referindo que mais importante do que a discussão sobre a localização da travessia é haver uma travessia que corresponda a uma estratégia regional e nacional, destacando a necessidade de uma variante à Estrada Nacional 118. Quanto ao Centro Hospitalar do Médio Tejo, a Presidente do Conselho Intermunicipal fez referência às obras de melhoria que se encontram em curso no serviço de urgência, acrescentando que o problema deste serviço, é o número elevado de casos de consultas não hospitalares (cuidados primários) que chegam à urgência. Fez também referência à colocação de um serviço no 10º piso do Hospital de Abrantes para doentes autoimunes e ao atendimento domiciliário, tendo este, exemplos pelo mundo, de casos de sucesso. -----

A Presidente do Conselho Intermunicipal sugeriu a realização de uma Assembleia Intermunicipal extraordinária sobre a Saúde com representantes das diversas entidades intervenientes. Fez ainda referência ao problema da distribuição dos profissionais, apontando como causa, a escolha por parte dos médicos recém-formados de hospitais com idoneidade para fazer a especialização, sendo mais difícil deslocarem-se para regiões como o Médio Tejo, sublinhou ainda a necessidade de haver regras diferentes na colocação de médicos que, na sua opinião, atualmente gera desigualdades. Acrescentou que o esforço que está a ser feito, neste momento, no Centro Hospitalar do Médio Tejo é grande, por exemplo, na dotação dos equipamentos técnicos necessários. -----

Ainda neste período, alguns deputados solicitaram mais uma vez, ao Presidente da Mesa, para usar da palavra. -----

Interveio o deputado João Moura Rodrigues, dizendo que a Presidente do Conselho Intermunicipal "faltou à verdade" em algumas partes da sua intervenção e, que deve dar conhecimento à Assembleia Intermunicipal do que está a ser deliberado por parte do Conselho Intermunicipal. Comentou ainda que a Presidente do Conselho Intermunicipal coloca o seu município em primeiro lugar. Esclareceu, sobre a sua referência na intervenção anterior, ao distrito de Santarém e comentou que não referiu os concelhos do distrito de Castelo Branco pois não são banhados pelo rio Tejo, contudo, há que ir mais além do que são os limites geográficos. Acrescentou ainda que a Presidente não deve gerar expectativas individuais junto das populações que visita, em relação à ponte, mas sim decidir a sua localização. Relativamente aos transportes, refere que a verba atribuída é apenas para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, e não para o resto do país, acrescentando que será feita uma avaliação, em abril do próximo ano, para o resto do país. -----

Interveio logo de seguida o deputado João Simões, sobre a questão do rio Tejo, sugerindo que seja tido como referência um estudo feito pelo tomarense João Mendes Godinho, há uns anos atrás, sobre a navegabilidade do Tejo. Em relação ao Centro Hospitalar do Médio Tejo, mostrou discordância com alguns investimentos que têm sido feitos, nomeadamente com a colocação da urgência médico-cirúrgica no Hospital de Abrantes, defendendo que os serviços dos três hospitais do Centro Hospitalar do Médio Tejo devem ser colocados ao serviço das populações, acrescentando que estes 3 hospitais devem ser ligados a Coimbra e não a Lisboa. -----

O deputado Paulo Constantino tomou a palavra dizendo que, no que respeita aos passes sociais, é importante ser salvaguardada a equidade e justiça no seu custo em relação à Área Metropolitana de Lisboa. Relativamente à questão do rio Tejo, referiu que estão a ser desenvolvidos estudos, nomeadamente sobre a salinização da água e, quanto ao projeto de navegabilidade, referiu a construção de sete barragens que, em sua opinião, irão criar um Tejo parado, estagnado e com pouca qualidade. -----

De seguida interveio o deputado António Simões, começando por desafiar a Presidente do Conselho Intermunicipal a defender a Estrada Nacional 238 da mesma forma como defendeu a Estrada Nacional 118, acrescentando que o atual estado da Estrada Nacional 238 é um problema muito complicado. Solicitou a intervenção da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo neste sentido. Solicitou ainda a referência à Unidade Local de Saúde na reunião com a saúde. -----

Interveio de seguida a deputada Maria Piedade Pinto, que se apresentou como enfermeira do Centro Hospitalar do Médio Tejo, referindo que a urgência médico-cirúrgica nos três hospitais é tecnicamente e economicamente insustentável, contudo, é possível haver melhorias, nomeadamente a nível de internamento domiciliário. Salientou que o último concurso aberto para médicos, ficou deserto. Mais disse, que os casos de cuidados de saúde primária não devem ir à urgência. -----

o Presidente da Mesa passou novamente a palavra à Senhora Presidente do Conselho Intermunicipal, para tecer alguns comentários em relação ao que foi dito. -----

A Presidente, começou por referir que já há muito tempo que defende a requalificação da Estrada Nacional 238, salientando a sua importância para poder haver coesão territorial. -----

Passou para a questão da Unidade Local de Saúde, dizendo que não a referiu anteriormente pois esta funciona muito bem. -----

Em resposta ao deputado João Moura Rodrigues, referiu que o deputado a interpretou mal, pois tem tomado as suas decisões de forma colegial. Quanto à travessia do rio Tejo, acrescentou que não defende uma localização específica pois não dispõe dos dados técnicos necessários, mas sim defende que o que é necessário é uma nova travessia, seja ela onde for. Referiu que estão três projetos em aberto e diz não saber ainda qual aquele que o país pode suportar financeiramente. Mais disse, que sempre defende o que é melhor para o país com o mínimo de investimento e favorecendo o máximo de população. -----

NR

Ordem do Dia

1. Informação da Atividade da CIM do Médio Tejo -----

O Presidente da mesa solicitou à Presidente do Conselho Intermunicipal que efetuasse a sua apresentação relativamente a este ponto. -----

A Presidente iniciou a apresentação fazendo um **ponto de situação dos projetos e dotações contratualizadas** no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Referiu que em relação à execução do Pacto, a Comunidade tem 36 candidaturas municipais submetidas e 5 candidaturas intermunicipais submetidas e aprovadas, num fundo total de 6.808.751,07€. -----

Fez de igual modo um ponto de situação das candidaturas ao **SIFE**, respetivamente 1.ª, 2.ª e 3ª fase, em que na 1.ª fase foram submetidas 79 candidaturas e aprovadas 53; na 2.ª fase foram submetidas 82 candidaturas e aprovadas 41, e na 3ª fase houve a submissão de 64 candidaturas, estando para aprovação 34. -----

Médio Tejo Online 2020 e Médio Tejo Desenvolvimento Territorial, a Presidente deu conta que esta candidatura ainda está em execução, tendo sido aprovada em 10/04/2017. Esta candidatura tem um investimento total de 945.295,72€ e um investimento elegível de 938.731,99€. Assenta nas seguintes componentes de investimento: reengenharia e desmaterialização de processos, serviços de gestão territorial e gestão e coordenação. -----

Projeto Educação de Excelência - PEDIME - Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação no Médio Tejo, referiu que este é um projeto de combate ao insucesso e abandono escolar na sub-região. Esclareceu que o projeto visa a prossecução de objetivos, tais como: Redução do insucesso e da retenção escolares; Redução do abandono escolar precoce; Promoção do sucesso escolar pela generalização de estratégias que qualifiquem as aprendizagens e valorizem os resultados; Promoção da cultura científica, das artes e das competências metacognitivas; e Diversificação e coordenação das ofertas profissionalizantes de forma a adequá-las às oportunidades e necessidades do mercado de trabalho. Deu conta que a candidatura ainda está em execução, e que foi aprovada pelo Centro 2020, no valor de 4,3 milhões de euros, de Fundo Social Europeu, que engloba 95 ações de execução municipal e intermunicipal, e se desenvolve em 5 eixos prioritários: M1 - Planeamento Estratégico Multinível; M2 - Medidas de intervenção precoce, redução do abandono escolar e promoção do sucesso educativo; M3 - Experimenta + Ciência (programa intermunicipal de promoção da cultura científica); M4 - Antecipação das necessidades de qualificação e concertação da oferta formativa; e M5 - CDIED - Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação e RCE - Rede Colaborativa de Escolas do Médio Tejo. Mencionou ainda as atividades /ações que foram realizadas neste âmbito. -----

Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial - Referiu que este projeto se divide em subprojectos: Eficiência Hídrica, Cadastro das Infraestruturas em baixa, Adaptação às Alterações Climáticas, Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas, Gestão da Rede Estruturante e Sinistralidade Rodoviária. -----

Eficiência Hídrica, esclareceu que se encontra em curso a elaboração de estudo de análise dos modelos de agregação das infraestruturas nos sistemas em baixa (abastecimentos de água e saneamento de águas residuais e resíduos urbanos). Neste âmbito foram já realizadas algumas atividades como: O relatório final do estudo de análise aos modelos de agregação no Âmbito do Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais, que foi entregue em junho; tramitação de procedimento para a Constituição de Empresa Intermunicipal. No presente, o procedimento de contratação já se encontra concluído, tendo sido entregue, em outubro, a

primeira documentação, a qual foi alvo de análise por parte do Executivo, encontrando-se a empresa a realizar as consequentes alterações resultantes da avaliação realizada e considerações emanadas pelos municípios. Referiu ainda, que no âmbito da gestão das infraestruturas dos sistemas em baixa, foi constituída uma empresa intermunicipal de capitais exclusivamente públicos. Referiu que é composto na 1ª fase pela análise dos modelos de agregação, que se encontra concluída, e pela 2ª fase que está em curso o Estudo da fundamentação da racionalidade económica e financeira; Estatutos; Contrato de gestão delegada; e Acordo parassocial. -----

Cadastro das Infraestruturas em baixa, referiu que está em execução a candidatura aprovada pelo "Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos", no valor de 1.169.281,93€ de Fundo Coesão com uma taxa de cofinanciamento de 85% e que se desenvolve em 3 ações. Esta candidatura tem como objetivo o levantamento de 1809Km e 1101 Km de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais, respetivamente contribuindo assim para a informação e localização de cerca de 43699 contadores e 14305 caixas de visita, abrangendo 10 entidades gestoras (municípios). -----

Esclareceu ainda que está em curso o levantamento de cadastro nos municípios de Alcanena, Entroncamento, Mação, Sertã e Vila de Rei. -----

Adaptação às Alterações Climáticas, esclareceu que também está em execução a candidatura aprovada pelo "Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos", no valor de 196.554,00€ de Fundo Coesão (taxa cofinanciamento 85%), que se desenvolve em 2 ações: na elaboração de um Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Médio Tejo e na Elaboração de Plano Regional de Ação do sector de Energia Sustentável no âmbito da Adaptação às Alterações Climáticas - planeamento de implementação de medidas para responder à redução em pelo menos 40% as emissões de CO2 tendo como alvo o ano 2030. -----

Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas, está em curso execução das candidaturas aprovadas pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas ao Fundo Florestal Permanente para criação de Gabinete Técnico Florestal intermunicipal e criação de uma brigada de sapadores florestais (agrupamento de 3 equipas de sapadores florestais) – 14 sapadores florestais mais 1 técnico superior ou bacharel na área das ciências florestais. Neste âmbito, mencionou as ações que foram realizadas. -----

Gestão da Rede Estruturante, deu conta que na sequência da aprovação do projeto no âmbito de candidatura ao Centro 2020, e contratualizado no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Médio Tejo, foi realizado o estudo do estado de conservação do pavimento da rede estruturante e posteriormente serão identificados os cenários de atuação, desenvolvimento dos cenários e estimativas orçamentais das intervenções, numa lógica de gestão intermunicipal partilhada das infraestruturas rodoviárias como mecanismo de otimização do custo e eficácia das intervenções, promovendo o desenvolvimento de sistemas de monitorização contínua do estado de conservação da rede viária estruturante da Região do Médio Tejo. Mencionou ainda as atividades /ações que foram promovidas. -----

Sinistralidade Rodoviária, deu conta que na sequência deste projeto, houve a celebração de protocolo de parceria entre a Autoridade Nacional Segurança Rodoviária e a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo para a elaboração dos Planos Municipais de Segurança Rodoviária; a seleção de 30 pontos de maior sinistralidade, resultante de reuniões promovidas entre a Autoridade Nacional Segurança Rodoviária, municípios, Forças de segurança e Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo; a realização de "visitas" aos 30 locais, por equipa especializada contratada pela Autoridade Nacional Segurança Rodoviária, tendo por objetivo elencar medidas de implementação corretivas da sinistralidade verificada nesses locais; e a elaboração de Plano Preliminar de Segurança Rodoviária. Mencionou ainda as atividades /ações que foram promovidas neste âmbito. -----

Em relação à **Central de Compras**, a Presidente do Conselho Intermunicipal informou que a mesma é constituída por 18 entidades, e tem atualmente em vigor 9 acordos quadro, nas áreas dos Serviços de Vigilância e Segurança; Locação de Stands, Tendas, Palcos e Outros Equipamentos; Inertes, Misturas Betuminosas, Pré-Fabricados e Outros; Seguros; Eletricidade em Regime de Mercado Livre; Fornecimento e Aluguer Operacional de Máquinas (para obras públicas e limpeza urbana); Gás; Combustíveis Rodoviários e Refeições Escolares.-----

Transmitiu também algumas das negociações já efetuadas tais como, papel A4; manutenção de equipamentos de elevação; produtos de higiene e limpeza; economato e papel diverso; certificação energética de edifícios; pneus novos; manutenção de extintores e Produtos Químicos e Produtos para Espaços Verdes, referiu que, contudo, não foram recebidas propostas para os produtos para espaços verdes.-----

Relativamente à **Gestão da formação**, comentou que terminou no passado dia 24 de outubro a execução da candidatura intermunicipal "Formação de Públicos Estratégicos", aprovada em julho de

2017, no âmbito do Eixo Prioritário 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação”, do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego. Transmitiu que os montantes aprovados e em execução são: Investimento Total: 53.394,38€; Investimento Elegível: 45.385,22€ e Fundo Social Europeu: 38.577,44€, com uma Taxa de comparticipação de 85%. -----
Quanto às ações de formação ministradas no âmbito dos públicos estratégicos, realizaram-se 2 ações sobre Género, Igualdade e Cidadania; 3 ações sobre Formação de Formadores/as para obtenção de especialização em Igualdade de Género; 3 ações de Formação de profissionais na área da Violência e 2 ações de profissionais na área da Violência Doméstica. Em relação às ações de formação da Administração local, realizaram-se até à data 4 ações de formação de Proteção de Dados; Manutenção de Piscinas e 3 ações de formação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) nos Municípios. No âmbito do Projeto Caminhos, decorreram as ações de formação: Comunicação Cultural; 2 ações de formação de Acolhimento e Fidelização e 3 ações de formação de Produção. Referiu ainda, que até ao presente, durante o ano de 2018, foram já abrangidos 839 formandos/as e ministradas 287,5 horas de formação. -----

Melhoria da Mobilidade - No que diz respeito ao Transporte a Pedido, informou que está a ser feito um esforço para a utilização deste serviço, cujo alargamento se espera que passe a abranger a zona sul de Tomar. -----

Transmitiu que os serviços se encontram atualmente a funcionar em 11 dos 13 concelhos do Médio Tejo, sendo a exceção o Entroncamento e Vila de Rei. Uma oferta de 60 circuitos que serve uma área territorial que abrange 123.330 habitantes. -----

Nos últimos meses, foi assegurada a gestão operacional, e a monitorização dos serviços de transporte a pedido em funcionamento, tendo sido realizados alguns ajustes à oferta (criação de novas paragens). -----

Nos últimos seis meses (maio a outubro de 2018) foram transportados mensalmente cerca de 890 passageiros e percorridos cerca de 9.550 Km. Quanto ao encargo mensal, é de 4.250,00€, sendo a cobertura das receitas tarifárias sobre os custos totais da ordem dos 30%. -----

No que diz respeito à Autoridade Intermunicipal de Transportes e no contexto do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, foram já celebrados contratos interadministrativos de delegação de competências assumindo a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo as competências de autoridade de transportes. -----

Referiu ainda que se encontra em curso a fase final dos trabalhos inerentes a definição da rede e serviços a contratualizar, prevendo-se agendamento de reuniões de trabalho com os Municípios durante o próximo mês de dezembro para discussão da proposta de rede apresentada e determinação da rede e serviços a incluir nas peças contratuais do procedimento. -----

Afirmação Territorial do Médio Tejo – informou que este projeto se divide nos subprojectos: Rotas e Percursos em Património Natural, Caminhos - Programação Cultural em rede no Médio Tejo e Produtos Turísticos Integrados. -----

No que diz respeito às **Rotas e Percursos em Património Natural**, referiu que a candidatura está em execução aprovada pelo Centro 2020; em curso pedidos de parecer setoriais necessários para a implementação dos percursos e foi contratualizada a implementação da sinalética dos percursos. -----

Deu conta que se aguarda decisão, quanto à proposta de reprogramação da candidatura, por parte do Centro 2020, de modo a incluir outros investimentos de interesse para a valorização do património natural no Médio Tejo, como os projetos “Requalificação do Parque Náutico de recreio e lazer de Aldeia do Mato - Abrantes”; “Rota das Pesqueiras e Lagoas do Tejo - Mação”; “Passadiço do Agroal – Ourém” e “Rota do Almonda – Torres Novas”. -----

No que concerne ao projeto **Caminhos – Programação Cultural em Rede no Médio Tejo**, informou de igual modo que está em execução a candidatura aprovada pelo Centro 2020 (2017-2019 | 597.072€ de Fundo Europeu Desenvolvimento Regional), com o objetivo de contribuir para a qualificação da oferta cultural e do tecido cultural do Médio Tejo e para a formação e consolidação de públicos, animação do património e projeção do Médio Tejo no domínio do Turismo Cultural. -----

Foram concretizados os 3 ciclos de programação para o ano 2018: 1.º ciclo de programação – “Caminhos do Ferro”, que decorreu de 13 a 15 e de 20 a 22 de abril de 2018, e envolveu 6 municípios: Abrantes, Constância, Entroncamento, Mação, Tomar e Vila Nova da Barquinha.

2.º ciclo de programação – “Caminhos da Água”, que decorreu de 13 a 15 e de 19 a 22 de julho de 2018, e envolveu 8 municípios: Abrantes, Alcanena, Constância, Ferreira do Zêzere, Mação, Sertão, Torres Novas e Vila de Rei. 3.º ciclo de programação – “Caminhos da Pedra”, que decorreu de 12 a 14 e de 18 a 21 de outubro de 2018, e envolveu 7 municípios: Entroncamento, Ferreira do – Zêzere, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha. -----

Quanto à Formação, destinado aos técnicos de todos os 13 municípios, decorreu um curso em "Comunicação, Acolhimento e Produção". Este curso teve 9 sessões Comunicação Cultural - 30 de janeiro, 27 de fevereiro, 27 de março e 24 de abril; Acolhimento e Fidelização - 29 de maio e 26 de junho) e Produção - 25 de setembro, 30 de outubro e 21 de novembro). -----

Relativamente ao projeto **Produtos Turísticos Integrados**, foi aprovada a candidatura ao Centro 2020 (2017-2019), no valor de 1.299.998€ de Fundo Europeu Desenvolvimento Regional, que se desenvolve em 3 eixos prioritários: Eixo Turismo Náutico: Castelo de Bode | Wakeboard; Eixo Turismo Religioso: Fátima - Tomar; Eixo Turismo Cultural: Templários | Castelos do Tejo | Museu Nacional Ferroviário. -----

Mencionou ainda as ações do projeto que foram realizadas / em curso, no âmbito do Turismo Náutico, do Turismo Religioso e do Turismo Cultural. -----

Médio Tejo – Vive o Empreendedorismo, referiu que se trata de um projeto de copromoção, promovido pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e cujos parceiros são os Grupos de Ação Local do Médio Tejo (Associação para o Desenvolvimento Integrado Ribatejo Norte, Pinhal Maior e TAGUS). Quanto ao valor do investimento, totaliza 466.920,93€ e o investimento elegível ascende a 466.679,43€, correspondendo ao Fundo Europeu Desenvolvimento Regional, aprovado de 396.677,52€ (85%). A data de conclusão do projeto é 31.03.2019. O projeto apresenta a seguinte execução física: Relatório de Identificação/atualização das infraestruturas/agentes do ecossistema empreendedor; Criação do "Grupo Técnico de Acompanhamento" no âmbito da Dinamização do Ecossistema Empreendedor do Médio Tejo; Realização de 7 reuniões do Grupo Técnico de Acompanhamento; Criação e promoção da Agenda Comum de Eventos (Empreendedorismo); Realização de 4 Encontros Temáticos (Sertã - fev.2017, Tomar - Feira FrEEE 2017 e 2018, Entroncamento - II Feira FEEE 2018); Realização das atividades de Empreendedorismo na Escola no ano letivo 2016/2017 e 2017/2018, com a participação aproximada de 1500 alunos; O projeto "Eucalygrape Leather", promovidos por alunas da Escola Secundária de Alcanena, foi o vencedor, da Edição de 2018, do Concurso de Ideias de Negócio na Escola, promovido pela Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional Centro; Realização de 4 Edições do Concurso de Ideias de Negócio – MOOVIDIA promovidos pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, TAGUS, Pinhal Maior e Associação para o Desenvolvimento Integrado Ribatejo Norte.-----

Sistema Integrado de Segurança e Saúde no Trabalho, transmitiu que atualmente estão contratadas prestações de serviços externos: saúde no trabalho, para o período de outubro de 2018 a setembro de 2020, com 11 Entidades aderentes; Segurança no trabalho, para o período de outubro de 2017 a setembro de 2019, com 13 Entidades aderentes. Referiu ainda que, foi lançado pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em março de 2018, um procedimento de concurso público com prévia qualificação referente à necessidade de implementação de medidas de autoproteção em 283 edifícios municipais da região do Médio Tejo, de 12 Municípios e Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, que atualmente se encontra em execução. -----
A Presidente do Conselho Intermunicipal terminou aqui as suas explicações. -----

O Presidente da mesa passou a palavra aos deputados que se inscreverem para abordar este ponto. Começou por intervir a deputada Joana Ramos, pedindo esclarecimentos no ponto das alterações climáticas e os projetos de ciências experimentais nas escolas. Referiu que não está satisfeita com esta solução, sendo necessárias mais ações neste sentido. Mencionou o anúncio publicitário do Turismo do Centro de Portugal sobre uma região turística numa rádio nacional e questionou se poderiam ser solicitados apoios financeiros para fazer algo semelhante. -----

De seguida, usou da palavra o deputado Rui Ferreira, que felicitou todos pelo presente debate. Solicitou informações sobre as equipas de sapadores florestais, questionando sobre os respetivos planos de trabalho, nomeadamente apresentação de despesas e pedidos de pagamento. No que respeita à eficiência energética, questionou também se existe trabalho em curso e se existem pedidos de pagamento. Acrescentou que a Assembleia Intermunicipal deve ser informada das candidaturas aprovadas, e também do tecido empresarial. Por último, referiu que está escrito no documento que o promotor do Centro de Saúde do Rossio passou a ser a Câmara Municipal de Abrantes e, questionou qual era o anterior promotor. -----

Interveio logo de seguida o deputado José António Almeida do PSD de Ourém, que felicitou o trabalho que a Comunidade Intermunicipal tem feito na área da Educação, nomeadamente pela iniciativa em trazer, como consultor, o professor David Justino. -----

O Presidente da mesa, interveio sobre o plano de adaptação às alterações climáticas, referindo que o projeto ficou de ser alterado, pois o nome devia ser mais específico. Seguidamente deu a palavra à deputada Maria da Luz Lopes, do PS de Torres Novas, que destacou também o trabalho desenvolvido na área da Educação, e sublinha a importância do ensino profissional e sugeriu um olhar mais atento a este tipo de ensino. -----

Não havendo mais inscrições, o Presidente da mesa passou a palavra à Presidente do Conselho Intermunicipal que esclareceu os demais presentes. -----
Começou por agradecer, em nome da equipa, os elogios sobre o trabalho na vertente educativa. Em relação à questão do ensino profissional referiu que o contributo da Comunidade Intermunicipal também ajuda no que é fundamental fazer para desconstruir mitos à volta deste tipo de ensino. ---

Em resposta à questão sobre as equipas de sapadores florestais, referiu a existência do gabinete técnico florestal intermunicipal e diz que a junção dos gabinetes técnicos florestais dos municípios a este, era muito importante. -----

Relativamente ao Centro de Saúde do Rossio, esclareceu que sempre foi uma obra da Câmara Municipal de Abrantes. -----

Em resposta à questão das alterações climáticas, esclareceu que, tal como mencionou aquando da apresentação, está em curso, a execução de candidatura aprovada no valor de 281.362,50€, pelo que, também aqui deve haver articulação com os diretores dos Agrupamentos de Escolas, pois as crianças devem começar a vivenciar estas questões cada vez mais cedo. -----

Quanto ao anúncio publicitário, a Presidente, referiu que, também foi feita uma campanha publicitária ao Wakeboard, durante o verão passado, foi um sucesso e que está prevista uma nova em 2019. Referiu ainda que por mais que queiramos a nível nacional promover outros eventos, é difícil do ponto de vista da comunicação transmitir a mensagem. Terminou assim a sua intervenção. -----

Ainda neste período, alguns deputados solicitaram mais uma vez, ao Presidente da Mesa, para usar da palavra. -----

Foi dada a palavra ao deputado Rui Ferreira que solicitou mais alguns esclarecimentos acerca do plano de pagamentos das equipas de sapadores florestais, acerca da eficiência energética, e se já existe obra feita e comparticipada. -----

De seguida interveio o deputado Mário Balsa referindo que os Produtos Turísticos devem ser encarados de forma global e não municipal, não valendo de muito divulgar um conjunto de ações culturais e turísticas do município pois não têm a dimensão que se pretende. Exemplificou com o programa intermunicipal Fátima/Tomar, que são nomes que "vendem", referindo que é necessário pegar em âncoras já criadas para potenciar todo o resto. -----

Seguidamente usou da palavra o deputado António Ribeiro que questionou, relativamente aos Sapadores Florestais, como vai ser feita a gestão do risco, como é feita a planificação da atuação das equipas no terreno, e se vão ter atividades de risco elevado. Questionou ainda se o investimento tem retorno relativamente à questão das taxas de absentismo e se não faria sentido existir manuais de segurança e saúde no trabalho intermunicipais. -----

De seguida, usou da palavra o deputado João Moura Rodrigues, que fez referência à questão turística, nomeadamente que há umas sessões atrás alertou que há um workshop realizado em Fátima, onde se fala no Turismo, onde estão 1000 participantes, vai na 4ª edição e que, pelo 2º ano consecutivo, tem associado o município da Guarda e o Turismo Judaico. -----

Interveio logo de seguida o deputado Rui Henriques, do PSD de Alcanena, defendendo que, no âmbito do turismo, em sua opinião é indispensável haver um diálogo que deve estender-se a outros concelhos fora da região, nomeadamente com a CIM do Pinhal Interior, dando Porto de Mós e Rio Maior como exemplo. -----

O Presidente da mesa solicitou à Presidente do Conselho Intermunicipal que esclarecesse estas questões. -----

A Presidente do Conselho Intermunicipal começou por responder à questão da eficiência energética, esclareceu que a única candidatura aprovada até à data foi a do Município do Entroncamento. Esclareceu ainda que já foram feitos vários pedidos de pagamento ao Instituto Conservação Natureza e Florestas e que foram pagos às associações cerca de 40.000€. -----

Em resposta ao deputado António Ribeiro, esclareceu que, neste momento a Comunidade Intermunicipal está a desenvolver medidas de autoproteção para mais de 300 edifícios municipais. -----

No que respeita à questão do turismo, levantada pelo deputado João Moura Rodrigues, referiu que, a Comunidade Intermunicipal é composta por 13 municípios, e trabalha com os municípios que

tecnicamente ajudam a desenvolver o que é melhor para cada um dos projetos, tirando partido da sua experiência. Sobre esta matéria a Comunidade Intermunicipal trabalha em articulação com o Sr. Vice-Presidente da Câmara de Ourém. -----

Respondendo à questão do deputado Rui Henriques, referiu que se está a falar de um produto complementar incluído nas rotas e percursos, esta é uma primeira fase. Numa fase posterior avançaremos para um produto turístico integrado juntando outros municípios. -----

Tratando-se de um ponto que não carece de votação, o Presidente da mesa passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

Deliberação – A Assembleia Intermunicipal tomou conhecimento da atividade da CIM do Médio Tejo. -----

¶¶

2. Aprovação da 2ª Revisão ao Orçamento -----

O Presidente da mesa pediu à Presidente do Conselho Intermunicipal para expor este ponto. -----
A Presidente do Conselho Intermunicipal começou por referir que esta revisão surge em virtude e após uma análise efetuada à execução orçamental, se ter verificado a existência de grandes desvios face ao inicialmente previsto. Desvios esses, provocados principalmente, pelos atrasos registados na abertura dos avisos de concurso do Portugal 2020, que se devem à própria execução de candidaturas aprovadas cujos valores de adjudicação, resultantes de procedimentos de contratação pública, ficaram abaixo dos valores inicialmente previstos e/ou aprovados. Também devido a um atraso na execução de projetos adjudicados, sendo que em alguns dos procedimentos o atraso se deveu à demora na entrega de informação por parte de alguns municípios, sendo estes fundamentais para o desenvolvimento de alguns trabalhos. A Comunidade Intermunicipal pretende fazer uma gestão o mais correta quanto possível, o que se pretende é diminuir desvios, daí trazeremos à assembleia as alterações devidas para minimizar e corrigir os desvios enunciados. ----

Não havendo inscrições sobre este assunto, o documento foi colocado a votação. -----

Deliberação: O documento foi aprovado por unanimidade. -----

¶¶

3. Apreciação e votação das Opções do Plano e Orçamento da CIMT para o ano económico de 2019 e respetiva autorização genérica -----

O Presidente da Mesa da Assembleia pediu à Senhora Presidente do Conselho Intermunicipal que pudesse explicar a todos os deputados presentes este ponto da ordem de trabalhos. Começou então por referir que o enquadramento das Opções do Plano e Orçamento refletem o pleno funcionamento dos mecanismos de apoio ao Portugal 2020, nomeadamente a reprogramação financeira proposta do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal, ao Programa Operacional Regional do Centro 2020 e que se pretende a concretização de um conjunto de projetos intermunicipais de dimensão relevante que permitam o fortalecimento da rede de governação integrada. -----

Referiu que os cinco eixos neste âmbito são: a Valorização dos Recursos endógenos e do potencial Turístico; a Incorporação de valor na atividade empresarial; a Promoção da coesão e da qualidade de vida; a Consolidação da Massa Crítica; e a Governação Inteligente e Multidimensional. -----

Do ponto de vista dos projetos e atividades, com enfoque para a promoção turística e a utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação, ao serviço da Afirmação Territorial do Médio Tejo. Estes são os projetos que estão em curso até 2023, num montante previsto para 2019 de 1.247.147,00€, cujos projetos são: Rotas e Percursos em Património Natural; Programação Cultural em Rede – caminhos; Produtos Turísticos Integrados; Turismo Militar – Rota dos Templários no Médio Tejo; Estação Náutica de Castelo de Bode. -----

No âmbito da Promoção do Empreendedorismo, o investimento previsto para 2019 é de 87.420,00€. Os projetos são: Médio Tejo – Vive o Empreendedorismo; Implementação do Plano de Ação e Régies Cooperativa de Empreendedores. -----

No âmbito da educação de excelência do Médio Tejo, o horizonte temporal é até 2020, sendo o investimento para 2019 de 1.224.676,00€, dividido pelos projetos: PEDIME – Plano Estratégico de

Desenvolvimento Intermunicipal da Educação; Rede Colaborativa de escolas; Programa Intermunicipal de Promoção da Cultura Científica, das Artes e das Competência Metacognitivas; Promoção do Sucesso Escolar; Orientação Vocacional e Qualificação Profissional e Programa Intermunicipal de Apoio a alunos com necessidades educativas especiais. -----

No âmbito das Unidades Móveis para Cuidados de Saúde na Comunidade, o que se encontra em curso é a instalação de postos de carregamento elétrico nos 13 Municípios, no âmbito do programa Mobi. E., cujo investimento para 2019 é de 22.521,00€. -----

Quanto ao Médio Tejo Inclusivo, é um projeto para trabalharmos com população mais envelhecida, que pretende promover a atratividade esvaziada das zonas de baixa densidade e reacender a capacidade de atrair população para os polos urbanos, com o objetivo de promover a inclusão e combate à pobreza que atuem numa lógica supramunicipal, cujo investimento para 2019 é de 66.174,00€, e o projeto chama-se MARIA – Estratégia Integrada de Intervenção na Área da Violência Doméstica e de Género. -----

Relativamente à Região de Hidrogénio – Piloto Europeu no Médio Tejo, o que se pretende é promover a utilização do Hidrogénio no Médio Tejo, de modo a facilitar a disseminação a nível regional e nacional da informação, de ações e de projetos sobre este combustível, de modo a impulsionar investidores, empresas e parceiros, nomeadamente do sistema científico e tecnológico sobre esta temática, não tendo ainda valores previstos. -----

No âmbito da Melhoria da Mobilidade, o investimento previsto para 2019 é de 329.195,00€, e tem a ver com a estratégia para o desenvolvimento sustentável no Médio Tejo. Temos previsto o Transporte a Pedido no Médio Tejo; Estrutura Regional de Caminhos e Ciclovias e Promoção de Modos Suaves e a Autoridade de Transportes. -----

Quanto ao Sistema Integrado de Segurança e Saúde no Trabalho, o investimento é de 127.834,00€ e contempla a Saúde no Trabalho; a Segurança e Higiene no Trabalho e as Medidas de Autoproteção dos Edifícios Municipais da Região do Médio Tejo. -----

Do ponto de vista da Modernização Administrativa no Médio Tejo, temos previsto 376.846,00€, para a Modernização Administrativa; o Médio Tejo Online 2020; a Integração e Partilha de Serviços – Central de Compras da CIMT e para a Economia Circular nas Compras Públicas Conjuntas. -----

No Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial, o investimento previsto para 2019 é de 1.977.096,00€ e estão distribuídos nos projetos Médio tejo - Cadastro das infraestruturas em baixa; Médio Tejo – Eficiência Hídrica/Entidades Gestoras Agregadas; Médio Tejo – Desenvolvimento Territorial Estratégico; Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas e a Adaptação às alterações Climáticas. Ainda neste âmbito, temos a criação de 2ª brigada de sapadores florestais, já mencionado atrás. -----

No âmbito da Gestão da Formação, também já foi mencionado que o que se pretende é aumentar a qualificação dos trabalhadores da Administração Local da Região do Médio Tejo. -----

Relativamente ao Apoio e Contratualização, a Comunidade Intermunicipal constituiu-se como Organismo Intermédio do Centro 2020, tendo sido delegado o exercício das competências de gestão: análise e emissão de pareceres para aprovação de candidaturas municipais, verificação da elegibilidade de despesas, acompanhamento e monitorização da execução das mesmas. -----

No âmbito do trabalho que a Comunidade tem vindo a desenvolver, a Presidente fez um agradecimento a todos os que têm contribuído para alimentar estes projetos. Referiu que os grupos de trabalho aprovados são: Arquivos Municipais; Bibliotecas Públicas Municipais; Rede de Museus; Proteção Civil; Técnicos de SIG e Cartografia; Segurança Rodoviária; Inclusão Social; Observatório da Mobilidade; Turismo, Cultura e Património; Empreendedorismo, Desenvolvimento Económico e Competitividade; Hidrogénio; Centro de Recolha Oficial de Animais; Saúde e Técnicos de Segurança e Saúde no Trabalho. Referiu ainda que nestes grupos de trabalho estão não só os colaboradores da Comunidade, mas também dos Municípios e privados necessários para as áreas que estão a ser trabalhadas e que contribuem para o sucesso destes projetos. Terminou a sua intervenção. -----

De seguida o Presidente da mesa deu a palavra à deputada Joana Ramos, que começou por responder a Mário Balsa, que tinha falado sobre os municípios mais conhecidos a nível nacional como âncoras turísticas improváveis e impossíveis, defende que se deve apostar na criatividade para nos sabermos promover, pois há exemplos que funcionam bem, exemplificou com o município do Fundão que criou a âncora Turística da cereja. -----

Seguidamente interveio o deputado Paulo Macedo, que solicitou alguns esclarecimentos sobre valores associados a "outros trabalhos especializados", "outras", ou "outros investimentos" em algumas rubricas, questionando de que rubricas se fala. -----

O Presidente da mesa passou de novo a palavra à Presidente do Conselho Intermunicipal, para tecer os comentários que entender sobre este assunto. A Presidente esclareceu que as rubricas têm a ver com as classificações económicas. -----
Não havendo mais intervenções o documento foi colocado a votação. -----

Deliberação: aprovado por maioria com 3 abstenções da CDU. -----

☞☞

4. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal;

O Senhor Presidente da mesa da Assembleia comentou tratar-se de um documento que por via do que decorre da lei, tem de ser apresentado a todos, dando assim a informação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal. -----

Deliberação - Os deputados tomaram conhecimento do seu conteúdo

☞☞

5. Intervenção do público ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 49 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do regimento -----

Não havendo mais intervenções, nem se confirmando a presença de público na sala o Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal deu como encerrada a sessão, questionando a Assembleia se alguém se opõe a que se aprove por minuta os pontos: aprovação da Ata da reunião anterior e os pontos 2 e 3 da Ordem do Dia. -----
Não havendo oposição, os pontos foram aprovados em minuta. -----

☞☞

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIM do Médio Tejo